



Categoria de Minas aprova novo acordo de PLR



O Sindipetro/MG assinou o acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2023, no dia 31 de janeiro, após a proposta apresentada pela Petrobrás e subsidiárias ter sido aprovada com 88% da categoria nas assembleias da base. O adiantamento da PLR será efetuado no dia 9 de fevereiro, conforme anunciado pela empresa.

Nesta última rodada, a segunda proposta de PLR negociada entre as entidades sindicais e a gestão da empresa foi avaliada, com indicativo de aprovação, em assembleias com grupos da Refinaria Gabriel Passos (Regap), Usina Térmica de Ibitité (UTE-IBT), Usina Térmica de Juiz de Fora (UTE-JF) e Transpetro. A categoria em

Minas também aprovou com um percentual de 80% a taxa de Contribuição Assistencial de 1% do valor total da PLR, que será dividida entre o Sindipetro/MG (50%) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) (50%).

A avaliação é de que os avanços obtidos nas negociações coletivas com a empresa garantiram um importante passo para o restabelecimento do regramento de uma PLR unificada em todo o Sistema Petrobrás, além de fortalecer a luta pela extinção dos programas unilaterais de remuneração variável implementados à revelia da categoria nos últimos anos. “Conquistamos o que nos propomos a conquistar, ou seja o fortalecimento do regramento da PLR que é

negociada coletivamente em contraposição aos programas de premiação unilaterais que causam várias distorções”, avalia Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

A nova proposta de PLR 2023, com validade de um ano, reduziu a diferença entre o piso e o teto, contemplando de forma mais equânime a grande maioria dos trabalhadores. A relação entre os maiores e os menores valores a serem pagos despencou de 10,7 vezes para 4 vezes. O valor do piso equivale ao mesmo que foi praticado pela Petrobrás entre 2008 e 2014, período dos governos Lula e Dilma, que antecedeu a negociação do histórico acordo de regra-

mento. Pela primeira vez a empresa garantiu três remunerações para os empregados que receberem acima do piso. Até então, a maior referência paga havia sido de 2,15 remunerações, no acordo de PLR de 2008.

Além disso, a FUP garantiu uma maior isonomia para os trabalhadores das subsidiárias, a retirada do IARI dos indicadores e a retomada do Grupo de Trabalho (GT) para discutir o regramento das PLRs futuras, considerando o lucro conquistado em todo o Sistema Petrobrás e não o resultado separado por empresa. A luta continuará sendo pela negociação coletiva da política de remuneração variável, buscando a valorização da PLR e o esvaziamento do PRD (Programa de Prêmio por Desempenho).

Incêndios evidenciam desmonte de SMS



Em menos de uma semana, a categoria vivenciou três graves incêndios no Coque da Refinaria Gabriel Passos (Regap). A sequência de ocorrências se iniciou com fogo no costado da torre 52-C-01 no dia 24 de janeiro, situação controlada pela atuação de brigadistas do SMS e da Operação.

A diretoria do Sindipetro/MG entende que esses acidentes, assim como os que ocorreram na última Parada de Manutenção da Regap, são consequências da política de sucateamento e desmonte do SMS nos últimos anos diante das tentativas de privatização. “O momento de seguidos acidentes e incêndios preocupa a categoria e o Sindicato. É urgente a necessidade de mudanças na gestão de SMS da Refinaria e do fortalecimento do setor na Petrobrás. É hora de virar a página do desastre feito pelos governos anteriores para garantir a segurança de todos.”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG. Um princípio de incêndio também ocorreu no dia 25 de

janeiro na Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Ipojuca-PE. O acidente envolveu quatro trabalhadores contratados da refinaria, que foram hospitalizados com ferimentos. Segundo informações, o acidente foi motivado por uma fagulha, quando a equipe terceirizada executava trabalho de caldeiraria no teto de um dos tanques de combustível. Essa possibilidade será investigada por comissão com a participação do Sindipetro PE/PB e da CIPA.

“Esse acidente está diretamente associado a consequência de uma política de desinvestimento que a Rnest vinha sendo submetida, assumindo riscos, cada vez mais graves na operação e manutenção dos maquinários, que podem causar a morte de trabalhadores, como já ocorreu”, avaliou o Sindipetro PE/PB em nota. O acidente aconteceu uma semana após a visita do presidente Lula à refinaria, para anunciar investimentos de R\$ 8 bilhões em obras de ampliação.

Sindicato cobra Plano de Saúde para contratados



O Sindipetro/MG cobrou, por meio de ofício, a gerência de todas as unidades da Petrobrás em Minas que seja cumprida a determinação do Governo Lula de implantação de plano de saúde para os empregados contratados. A volta da exigência de plano de saúde e odontológico para os contratados e seus dependentes voltou a ser condição obrigatória para nas licitações na Petrobrás, mas precisa ser estendida para todos os contratos, não somente para os novos.

A medida foi uma conquista nas negociações do Grupo de Trabalho (GT) Terceirização, no ano passado que contou com a

participação da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A retomada desse direito significa um grande avanço para os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados e suas famílias.

Há muitos desafios pela frente na conquista de direitos para os contratados. No entanto, os avanços já obtidos precisam ser implementados com celeridade e o plano de saúde é um deles. É importante ressaltar que esse direito fundamental havia sido retirado durante a gestão bolsonarista, mas foi restaurado após negociações e diálogo com a nova administração da Petrobrás.